Aula 8

UNIFICAÇÃO ALEMÃ

META

Analisar a unificação da Alemanha no contexto do movimento nacionalista que grassou na Europa oitocentista.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Examinar os fatores que favoreceram a unidade política dos Estados que formavam a Confederação Germânica.

Investigar a relação entre a onda revolucionária de 1848 e a vitória da unidade nacional no início da década de 1870.

Analisar o papel de Bismarck na condução da luta pela unificação da Alemanha.

Lenalda Andrade Santos

INTRODUÇÃO

A IDEIA DE PROGRESSO

Eric Hobsbawn

"O texto do historiador inglês Eric Hobsbawn, extraído do capítulo "*A Construção das Nações*", do livro *A Era do Capital*, apresenta-nos uma característica bastante peculiar do movimento das nacionalidades do século XIX: a ideia de progresso. Segundo o autor, havia na Europa do século passado dois tipos de nações: a semi-histórica e a histórica. Enquanto para as do primeiro tipo os argumentos históricos eram suficientes para que a unificação se realizasse, as do segundo tipo necessitavam de outro princípio para fundamentar a sua transformação de Estados-nações soberanos em nações.

A Europa, deixando de lado o resto do mundo, estava dividida em "nações" cujas aspirações em fundar Estados não deixava, pelo certo ou pelo errado, nenhuma dúvida, e em "nações" acerca das quais havia uma boa dose de incerteza quanto a aspirações semelhantes. O melhor guia para o primeiro tipo era o fato político, a história institucional ou a história cultural das tradições. A França, Inglaterra, Espanha e Rússia eram inegavelmente "nações" porque possuíam Estados identificados com os franceses, ingleses, etc. (...)

A Alemanha era uma nação por força de que seus numerosos principados (apesar de nunca unidos em um único estado territorial) terem constituído outrora o então chamado "Sagrado Império Romano da Nação Germânica" e formado por outro lado a Federação Germânica, mas também porque todos os alemães de educação elevada partilhavam a mesma língua escrita e literatura. A Itália, apesar de nunca ter sido uma entidade política enquanto tal possuía talvez a mais antiga das literaturas comuns à sua própria elite. (...)

O critério "histórico" de nacionalidade implicava, portanto, a importância decisiva das instituições e cultura dominantes ou elites de educação elevada, supondo-as identificadas, ou pelo menos e muito obviamente incompatíveis, com o povo comum. Mas o argumento ideológico para o nacionalismo era bem diferente e muito mais radical, democrático e revolucionário. Apoiava-se no fato de que, o que fosse que história ou a cultura pudessem dizer, os irlandeses eram irlandeses e não ingleses, os tchecos eram tchecos e não alemães, os finlandeses não eram russos e nenhum povo deveria ser explorado ou dirigido por outro. (...)

O ponto significativo aqui é que a típica nação "a-histórica" ou "semi-histórica" era também uma pequena nação, e isto colocava o nacionalismo do século XIX diante de um dilema que tem sido raramente reconhecido. Pois os grandes defensores da "nação-estado" entendiam-se não apenas

como nacional, mas também como "progressista", isto é, capaz de uma economia, tecnologia, organização de Estado e força militar viáveis, ou em outras palavras, que precisava ser territorialmente grande. Terminava por ser, na realidade, a unidade "natural" do desenvolvimento da sociedade burguesa, moderna, liberal e progressista. "Unificação", assim como "independência", era o princípio básico, e onde argumentos históricos para unificação não existissem – como era o caso da Alemanha e Itália – esta era, quando possível, formulada como um programa. (...)

O argumento mais simples daqueles que identificavam nações-estados com o progresso era negar o caráter de "nações reais" aos povos pequenos e atrasados, ou então argumentar que o progresso iria reduzi-los a meras idiossincrasias dentro das grandes "nações reais", ou mesmo levá-los a um desaparecimento de fato por assimilação a algum *Kulturvolk*. Isso não parecia fora da realidade. Depois de tudo, a participação como membro na Alemanha não impedia os *mecken*-burgueses de falar em seu dialeto, que era mais próximo do holandês que do alto-alemão e que nenhum bávaro conseguia entender, como também não evitava que os eslavos lusatianos não aceitassem (como ainda discutem) um estado basicamente alemão. A existência dos bretões, e uma parte dos bascos, catalães e flamengos, para não mencionar aqueles que se comunicavam em provençal ou na *Langue d'oc*, parecia perfeitamente compatível com a nação francesa da qual faziam parte, e os alsacianos criaram um problema apenas porque uma outra grande nação-estado – a Alemanha – disputava-os. Além disso, havia exemplos de pequenos grupos linguísticos, cujas elites de instrução elevada olhavam para frente sem remorsos em relação ao desaparecimento de seus próprios idiomas. Muitos gauleses em meados do século XIX estavam resignados a isto, e alguns viam mesmo com prazer este processo, na medida em que facilitasse a penetração do progresso numa região atrasada.

Havia um forte elemento de diferenciação e talvez um mais forte de patrocínio especial em tais argumentos. Algumas nações – as maiores, as "avançadas", as estabelecidas, incluindo certamente a própria nação do ideólogo – estavam destinadas pela história a prevalecer ou (...) a serem vitoriosas na luta pela existência; e outras não. Todavia isso não deve ser entendido como simplesmente uma conspiração de parte de algumas nações para oprimir outras, embora porta-vozes das nações desprezadas não devessem ser repreendidas por pensar assim. Pois o argumento era dirigido não apenas contra as línguas e culturas regionais das nações como também contra intrusos; também não pretendia seu desaparecimento, mas apenas seu "rebaixamento" da qualidade de língua para a de "dialeto". Cavour não negou aos habitantes da Savóia o direito de falar sua própria língua (mais próxima do francês que do italiano), numa Itália unificada: ele mesmo falava-a por razões domésticas. Ele e outros italianos nacionalistas apenas insistiam em que deveria haver somente uma língua e um meio de instrução oficiais, em outras palavras o italiano, e que as outras deveriam

sumir, evaporar-se da melhor forma que pudessem. Da maneira como as coisas seguiam, nem os sicilianos nem os sardenhos insistiram na sua nacionalidade separada, portanto seus problemas poderiam ser redefinidos, na melhor das hipóteses, como "regionalismo". Este fenômeno apenas se tornou politicamente significativo uma vez que um pequeno povo reclamou pela sua nacionalidade, como os tchecos fizeram em 1848, quando seus porta-vozes recusaram o convite dos liberais alemães para tomar parte no parlamento de Frankfurt. Os alemães não negaram que eles fossem tchecos. Apenas entenderam, o que era correto, que todos os tchecos de boa cultura liam e escreviam alemão, partilhavam da alta cultura alemã e que, portanto (incorretamente) eram alemães. O fato de que a elite tcheca também falasse tcheco e partilhasse da cultura do povo local parecia ser politicamente irrelevante, como as atitudes do povo simples em geral e do campesinato em particular". (Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 80/83).

A REVOLUÇÃO NOS ESTADOS DA CONFEDERAÇÃO

"O movimento de 1848 nos estados da Confederação Germânica teve também um duplo caráter: exigia governos liberais e pregava a unificação política.

Em 1815, o Congresso de Viena havia dividido a Confederação Germânica em 38 Estados. A Áustria liderava a Confederação, sempre desafiada em suas pretensões pela Prússia. Os prussianos emergiram das guerras napoleônicas como uma das cinco potências europeias, e a Confederação Germânica, exceto a Áustria, passava a se ligar por meio de um comércio sem restrições alfandegárias. A economia prussiana caminhava a passos largos, mas sua política não se modernizava. O rei Frederico Guilherme III havia prometido uma Constituição, mas morreu sem cumprir o que dissera.

Seu sucessor, Frederico Guilherme IV, também se empenhou em realizar profundas inovações políticas. Mas, necessitando de capital para mandar construir uma ferrovia, convocou a Dieta Unida, assembleia que se reuniria em Berlim em abril de 1847. Os liberais, que eram maioria, aproveitaram para pressionar em favor da convocação de um Parlamento eleito pela população, condicionando a aprovação do empréstimo do dinheiro à promulgação de uma Constituição pelo rei. Ele, entretanto, ordenou a dissolução da Assembleia.

No mesmo ano, as safras não foram boas, os preços dos alimentos aumentaram e o ambiente entre os proletariados urbanos ficou tenso. Os confederados germânicos aproveitaram-se, então, do fato de os austríacos que eram contra a unificação estarem envolvidos em rebeliões internas e realizaram vários levantes.

Em 3 de março de 1848, eclodiu nas ruas da cidade de Colônia uma rebelião de intelectuais e proletários. Duas semanas mais tarde, o levante

irrompeu em Berlim. No dia 18 de março, a população exigiu de Frederico Guilherme IV o apoio às teses liberais e a convocação de uma Assembleia Nacional eleita pelo sufrágio universal. Nesse mesmo mês as manifestações e os comícios tornaram-se diários. Os liberais exigiram uma Constituição, ocorreram confrontos entre soldados e manifestantes e logo construíram-se barricadas pela cidade inteira. Burgueses e operários, então, combatiam juntos. As revoltas, porém, foram reprimidas rápida e violentamente pelas forças prussianas.

Em maio de 1848, governantes dos estados germânicos rebelados realizaram a Convenção de Frankfurt, visando redigir uma Constituição para unificação. Em meio às divergências de seus deputados, os membros da Convenção decidiram entregar o trono a Frederico Guilherme IV, rei da Prússia. Porém, o monarca recusou-o por temor às represálias austríacas. Assim, a Convenção se dissolveu sem apresentar resultados concretos. Os austríacos, governados pelo conservador Francisco José, após sufocarem as rebeliões em seu império, voltaram-se contra os nacionalistas germânicos, forçando-os a desistirem temporariamente de sua unidade política. Somente em 1871, mais de duas décadas depois, os Estados iriam se unir transformando-se na Alemanha". (Costa e Mello, 2008, p. 401).

As etapas da unificação alemã (Celso e Mello, 2008, p. 431)

A UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

"Um conjunto de 38 Estados formava a Confederação Germânica, governada pelos austríacos, que se opunham à unificação para manter sua hegemonia sobre a Confederação. Na década de 1830, a situação econômica dos Estados germânicos melhorou com a criação do *Zollverein* (reunião aduaneira dos Estados germânicos). Os austríacos não aderiram ao *Zollverein*.

O REINO DA PRÚSSIA

O fracasso da revolução de 1848, que estudamos anteriormente, mostrou que a oposição austríaca só poderia ser vencida pela guerra. A partir de 1850, o governo da Prússia, o mais rico dos Estados da Confederação, procurou se fortalecer, com o objetivo de vencer os austríacos e realizar a unificação política dos Estados germânicos. Para a realização desse objetivo, várias medidas foram tomadas, entre elas a consolidação do *Zollverein*, o que favoreceu o desenvolvimento das indústrias prussianas. Estabeleceu-se uma aliança entre a alta burguesia e os *Junkers*, aristocracia prussiana que controlava a administração e o exército. Sob o comando do general Von *Moltke*, promoveu-se a modernização do exército, que se tornou instrumento da modernização germânica.

Em 1862, esse processo culminou na nomeação de Otto von Bismarck (1815-1898), representante dos *Junkers*, para o cargo de chanceler (primeiro-ministro) da Prússia. Bismarck se transformou num artífice da unidade germânica (...)

A GUERRA DOS DUCADOS

Em 1864, uma guerra contra os dinamarqueses assinalou o início da unificação dos Estados da Confederação Germânica. O problema remontava ao Congresso de Viena (1815), que cedeu aos dinamarqueses a administração dos ducados de Schleswig-Holstein, habitados por população germânica.

Em 1863, os ducados foram anexados pelo governo dinamarquês, dando a Bismarck o pretexto para concluir uma aliança com a Áustria e dar início à guerra. Os dinamarqueses cederam o domínio dos ducados. Entretanto, questões em relação à forma de administrar essas novas possessões reavivaram a antiga rivalidade entre os governos da Prússia e da Áustria. Em 1865, já prevendo uma nova guerra, Bismarck fez acordos com o governante francês Napoleão III, os quais manteriam os franceses neutros na guerra que estava prestes a eclodir. Sob a promessa de "compensações territoriais", Napoleão III assinou um tratado que comprometia seu país a

não intervir no confronto. Bismarck comandou também uma aliança com os Estados da Península Itálica, criando, assim, as condições para uma guerra contra os austríacos.

A GUERRA AUSTRO-PRUSSIANA

Em 1866, Guerra Austro-Prussiana, conhecida como Guerra das Sete Semanas. Numa campanha fulminante os prussianos venceram os austríacos na Batalha de Sadowa.

O Tratado de Praga, assinado com a Áustria, possibilitou a reorganização parcial dos Estados Germânicos. A Confederação Germânica foi dissolvida, sendo substituída pela Confederação Germânica do Norte, sob a direção do governo da Prússia. A tentativa de anexação dos Estados germânicos do sul esbarrou na oposição de Napoleão III, que ameaçou ir à guerra contra os prussianos. Os franceses temiam que a consolidação de um país unificado rompesse o equilíbrio de poder no continente e que o império a ser formado se transformasse na maior potência da Europa. Doravante, os prussianos só poderiam concluir a unidade germânica por meio de uma guerra contra a França.

A GUERRA FRANCO-PRUSSIANA

Em 1869, a candidatura de um parente do rei da Prússia ao trono da Espanha foi vetada por Napoleão III e serviu de estopim para a Guerra Franco-Prussiana.

Para Napoleão III, a candidatura do príncipe germânico para o trono espanhol era uma manobra de cerco aos franceses, no caso de uma guerra contra os prussianos. Em 1870, desencadeou-se a guerra Franco-Prussiana, na qual a Batalha de Sedan selou a vitória prussiana sobre os franceses. Esse resultado possibilitou a anexação dos Estados do sul da Confederação Germânica e, em 1871, Guilherme I, rei da Prússia, foi coroado imperador da agora unificada Alemanha. Com a fundação do II *Reich* (império), estava concluída a unificação alemã. O chamado I *Reich* havia sido o Sacro Império Romano-Germânico fundado na Idade Média.

Soldados do exército, força militar responsável pela unidade nacional alemã (*Grandes Personagens da História Universal*, 1972, p. 779)

AS CONSEQUÊNCIAS DA UNIFICAÇÃO

Entre as consequências da unificação estão a ruptura do equilíbrio europeu, a industrialização alemã e a política de alianças, que levaram à Primeira Guerra Mundial, em 1914.

A Ruptura do equilíbrio europeu – A consolidação do Império Alemão destruiu o equilíbrio de poder europeu criado pelo Congresso de Viena, em 1815. Em poucas décadas, a Alemanha se tornou a primeira potência econômica e militar da Europa. O governo alemão anexou as províncias francesas da Alsácia-Lorena, ricas em jazidas de ferro, além de receber uma pesada indenização de guerra. Isso contribuiu para o revanchismo francês, que se transformou numa das causas da guerra de 1914.

O desenvolvimento industrial alemão –A unificação política contribuiu para impulsionar o desenvolvimento industrial alemão, que posicionou a Alemanha, ao lado da Grã-Bretanha, como grande potência econômica europeia. A unificação da década de 1870, porém, fez com que os alemães não pudessem participar da nova corrida imperialista, pois os principais territórios já haviam sido divididos. A necessidade de mercados e a concorrência anglo-alemã contribuíram para a Primeira Guerra Mundial.

A política de alianças – A partir de 1870, o objetivo da política exterior da Alemanha foi promover o isolamento da França na Europa e evitar as possíveis consequências do revanchismo francês. Em 1873, Bismarck promoveu uma aliança com os governos da Áustria e da Rússia, que ficou conhecida como a *Liga dos Três Imperadores*. Esse pacto se desfez pouco tempo depois. Em 1879, Bismarck comandou a formação de uma nova aliança com o governo austríaco, à qual se incorporou também o governo italiano, fazendo surgir a Tríplice Aliança.

Para romper seu isolamento diante dos alemães, os franceses se aproximaram dos russos e dos ingleses, formando a Tríplice Entente, em 1907. No começo do século XX, os governos das grandes potências

europeias estavam agrupados em dois poderosos sistemas de alianças, que, em conjunto com outros fatores, levaram à Primeira Guerra Mundial (1914-1918)". (Costa e Mello, 2008, p. 431/433).

ROMÂNTICOS E DEMOCRATAS NA ALEMANHA

R. H. S. Crossman

"As ideias do autor desse texto ficam mais claras quando se conhece as condições em que foi produzida a obra "*Biografia do Estado Moderno*" (*The Estade*). Segundo Crossman, quando escreveu este livro, "o futuro da democracia ocidental havia sido posto gravemente em dúvida, e parecia que o nosso século teria que ser descrito como o "século do homem totalitário" (...) O item IV do capítulo dedicado ao Liberalismo Nacional e ao Imperialismo, intitulado *Românticos e Democratas na Alemanha de antes da guerra*, procura investigar as consequências da construção artificial, segundo ele, da nova Alemanha.

A solução de Bismarck ao problema nacional foi altamente artificiosa e dava poucas satisfações às aspirações do pensamento progressista do século XIX. Ao derrotar a Áustria e continuar permitindo-lhe a sobrevivência, garantiu-se um aliado para o Império Alemão. Porém este aliado era tão fraco que não pode resistir às consequências da Primeira Guerra Mundial. Ao construir o Império Alemão a partir da direção prussiana, deixando aos outros Estados e a seus soberanos considerável liberdade federal, Bismarck criou uma nova nação, que nunca percorrera a etapa da revolução nacionalista. Fora unificada de cima e não desde as bases, cristalizando uma estrutura bismarckiana que dependia da habilidade de seus fundadores para obter força e coerência. O homem da rua não participava de sua construção nem do seu governo, o qual conservava muitos elementos da autocracia do século XVII. Em resumo, é possível afirmar que a modernização da Alemanha representou obra superficial de um só homem.

Essa característica da superficialidade da vitória alemã e de seu resultado foi percebida por muitos pensadores, mas especialmente por Nietzsche (1844-1900). Embora odiasse a democracia e o humanismo, não era partidário da *Kultur* Guilhermina. Sabia que a nação alemã recém-construída figurava como assunto um pouco delicado. (...)

Nietzsche sabia que a nova Alemanha não possuía vida espiritual própria, que ela era um assunto de tijolos e argamassa, de aço e ferro, de eficiência técnica e de preparação militar. Para ele, a nova Alemanha carecia da tradição cultural da França e da Inglaterra, de que o povo alemão pudesse orgulhar-se ainda em tempos sombrios.

Como Nietzsche era um pensador contraditório, emotivo e apolítico, teve condições de expressar tal sentimento de profundo desacordo e de automortificação, que pairava sobre o Império Alemão mesmo no apogeu de seus maiores triunfos. Entre 1870 e 1914, a Alemanha passou a ser uma das grandes nações fabris do mundo, atingindo posição notável em termos de

poder político. Sua indústria estava muito mais bem organizada do que a de qualquer outro país, e seu movimento trabalhista ultrapassava o de todos os demais. Considerava-se que os alemães representavam os melhores capitalistas e os melhores socialistas do momento. Porém, debaixo deste mando se auto-segurança, notava-se um sentimento de inferioridade. Debaixo da aparência de unidade, descobria-se uma aterradora capacidade de mútua destruição. Afinal, a nova Alemanha era uma construção artificial e o sentimento natural de unidade nacional estava pervertido e reprimido. Se, saída para a ação, expressava-se unicamente através da filosofia, de reflexões e de movimentos místicos.

Durante a última parte do século XIX, o pensamento alemão dividia-se em dois focos de interesse. Existiam a atividade da administração e o trabalho cotidiano e, de outro lado, colocava-se o desejo de alcançar um tipo de vida desvinculado de qualquer uma das formas existentes. A nova Alemanha era um Estado-Nação, mas não era uma nação. Os alemães sonhavam com o *Volk* (povo-nação), que não deveria obedecer aos mandatos da *Gemeinschaft* (comunidade), a qual expressava suas aspirações interiores. A cultura alemã não concordava com a política alemã, o espírito alemão não concordava com a mente alemã.

Tais tendências subterrâneas de descontentamento não se refletiam completamente nas meditações filosóficas nem na vida política. Dominadas pelo colossal êxito material do novo Império, as ideias circulantes pareciam "ocidentais"e eram tidas como respeitáveis. O imperialismo e o liberalismo, o conservadorismo e o socialismo, confrontavam-se na imprensa e nas salas de conferências, enquanto durante todo esse tempo a força revolucionária das novas ideias estava separando a mente alemã das ideias burguesas vigentes na França e na Inglaterra. O alemão era conduzido a um romantismo nacional que concebia a revolução como etapa da destruição da razão burguesa e dos "direitos" burgueses, culminando com a criação de novo e único Estado alemão, dotado de um modo próprio de raciocinar, de uma justiça alemã e de uma comunidade alemã. (...)

Porém, durante os cinquenta anos posteriores à guerra Franco-Prussiana, esse movimento foi subterrâneo ou puramente cultural. Os liberais alemães, frente ao fato consumado, aceitavam facilmente a renúncia de seus anseios democráticos, em troca da promessa de unidade nacional e de poder internacional. Sustentavam então a *Kulturkampf* contra o Sul católico, cuja lealdade ao Império era duvidosa. Utilizados por Bismarck, os liberais alemães só tardiamente tentaram resistir, depois de terem sido afastados por ele. As classes médias alemãs haviam aderido à direção política dos *junkers* prussianos, assumindo a ideologia deles e integrando-a à Revolução Industrial, sob seu controle.

A nova Alemanha passava a ser uma imensa burocracia. O Parlamento, sem poder controlar os serviços militares e a política, era impotente. Sem preocupação com a responsabilidade ministerial, o Kaiser e o Chanceler tinham plenos poderes. Manejando todos os artifícios do sufrágio universal (salvo na Dieta prussiana), Bismarck concentrou todo o poder nas mãos da minoria governante,

que se curvou de imediato à tradição militarista dos *junkers* da Prússia. Contra tal Estado autocrático, apoiado pela Igreja Católica por ter reconhecido os direitos dela, cresceu uma oposição liberal-democrática. Os liberais das regiões do sul, em respeito às suas tradições de monarquia constitucional, uniram-se aos social-democratas, que controlavam o voto dos operários organizados. Estes liberais do sul acabaram sonhando com um governo constitucional baseado no modelo inglês. Como se colocavam na posição de ardentes partidários da nova Alemanha e do industrialismo, interessavam-se profundamente pelo desenvolvimento do comércio exterior da Alemanha, não sendo revolucionários em qualquer sentido. Nada mais desejavam do que humanizar o Império Alemão, introduzindo o controle do Parlamento sobre a política externa e sobre os serviços militares, propondo o sufrágio universal na eleição para a Dieta prussiana. Tais reformas representavam tudo o que criam ser imprescindível para transformar a Alemanha num Estado progressista. Muitos dos chamados marxistas alemães acreditavam que o socialismo viria com certeza, desde que se efetivassem estas mudanças. (R. H. S. Crossman)". (Marques, Berutti e Faria, 1990, p. 84/87).

A DIPLOMACIA BISMARCKIANA (1871-1890)

"Em oito anos, à custa de três guerras vitoriosas, Bismarck unificou a Alemanha em proveito da Prússia, cujo rei se tornara o "Imperador alemão". Mantendo no Império certo caráter federal, ele cimentou a unidade pela anexação da Alsácia-Lorena, "território do Império". Essa empresa não trouxe a "hegemonia" a seu próprio país, mas uma inquestionável preponderância. A industrialização da Alemanha havia apenas começado e não é pela força econômica que se estabelece a primazia. A organização do exército alemão pelo general vonRoon, a qualidade da estratégia elaborada na *Kriegsakademie* (fundada com esse nome em 1859), o valor dos soldados e de seus comandantes (general von Moltke), explicam as vitórias. Mas a extraordinária personalidade de Bismarck foi o elemento decisivo. Com um admirável instrumento nas mãos, ele soube criar situações que lhe permitiriam utilizá-lo para fins políticos precisos. Nos vinte anos seguintes Bismarck iria conseguir, com a força de sua habilidade, manter o essencial daquilo que criou.
Não deve pois causar admiração o fato de os historiadores falarem de uma "Europa Bismarckiana". Como diz Pierre Renouvin: "Em todos esses Estados europeus, a questão das relações com o Império alemão está no centro das preocupações dos homens de governo: é para Bismarck que todos olham".
(Duroselle, 1976, p. 37).

CONCLUSÃO

O que explica observação feita por Voltaire, de era "difícil dizer o que seja a Alemanha"? "Seu povo criara uma literatura vigorosa, sólida tradição científica, música e pintura tipicamente nacionais, e era designado pelo nome genérico de germânico ou alemão. Dividia-se, contudo num mosaico de reinos, ducados, principados, margraviados, langraviados e ligas urbanas, cujas relações eram reguladas por acidentes dinásticos e cujos regimes internos iam desde o "despotismo esclarecido" ao feudalismo mais retrógrado.

Enquanto Espanha, França e Inglaterra emergiam da Idade Média, criando monarquias absolutas e centralizadas, o povo alemão – da mesma forma que o italiano – não conseguira constituir um Estado nacional. Essa espantosa divisão transformou os pequenos Estados alemães em joguete dos vizinhos poderosos.

Atingidos pela fermentação liberal de 1848, os nobres foram, aos poucos, delegando cada vez mais poderes diplomáticos a Bismarck. Sob sua liderança, no ano de 1871, Guilherme I, rei da Prússia, foi coroado imperador da agora unificada Alemanha.

RESUMO

"Além dos empecilhos internos, a unidade alemã enfrentava a oposição dos países fronteiriços. Disputada pela Áustria e pela Prússia, a Alemanha ainda teve que enfrentar a hegemonia imposta pela França napoleônica sobre o país. "Em teoria, a multidão de mais de cem Estados (alemães) era frouxa e vagamente unificada pelo Sacro Império, cujo soberano era eleito por um reduzido grupo de nobres (daí o nome de "eleitor" para os grandes príncipes alemães). Na prática, desde a Renascença, o título de imperador jamais saíra das mãos dos Habsburgos, poderosa dinastia austríaca.

Já durante o século XVIII – pouco antes de Napoleão – a Prússia, outro Estado germânico, governado pelos Hohenzolern, começou a disputar aos austríacos a hegemonia sobre os fragmentados territórios alemães. (...) Não fosse a Revolução Francesa, a disputa pela supremacia sobre os povos de língua alemã teria prosseguido como uma luta entre duas monarquias feudais: Áustria e Prússia".

À frente do governo, Napoleão impôs o protetorado da França sobre a Alemanha, o que teve pequena duração.

"A unificação liderada por Bismarck constituiu uma processo bastante especial. Jacobinos e liberais tentariam aglutinar o país, dotando-o contemporaneamente de instituições democráticas inspiradas na Revolução

Francesa e no parlamentarismo inglês. Fracassaram. A alternativa para o problema foi a "revolução conservadora" de Bismarck.

Enquanto ele foi chanceler, pretendeu unificar e fortalecer o Estado alemão, cuidando para que isso se desse com a menor mudança social possível. Profundamente imbuído do orgulho de sua casta *junker*, jamais esqueceu que, por ocasião do seu nascimento, a velha ordem estivera por um fio, quase engolfada pela maré inovadora que vinha da França.

E, embora não tivesse hesitado em empregar meios revolucionários - guerra, destronamento de príncipes hereditários, perseguições à Igreja -, sempre o fez de forma a impedir que a revolução nacional se transformasse em revolução social. Para tanto, chegou a reprimir a população à bala. Após a morte do "chanceler de ferro", essa política teria sérias repercussões nos destinos do país e da Europa". (*Grandes Personagens da História Universal*, 1972, p. 989/994).

ATIVIDADES

1. Descreva a situação da Alemanha antes da unidade política.
2. Fale sobre as principais iniciativas de Bismarck visando alcançar a unificação da Alemanha.
3. Indique as principais consequências da unificação alemã.

PRÓXIMA AULA

O movimento operário é o tema a ser abordado na nossa próxima aula.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A, e PILETTI, Nelson. **Toda a História.** História Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil:** da pré-história ao séculoXXI. São Paulo: Scipione, 2008.

DUROSELLE, J. B. **A Europa de 1815 aos nossos dias** (Vida Política e Relações Internacionais). Tradução de Olívia Krahenbuhl. São Paulo: Pioneira, 1976.

FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Campus, 1985. (Contribuições em Ciências Sociais; 9)

Grandes Personagens da História Universal. Vol. IV. São Paulo: Abril Cultural, 1972

HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções:** 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes e MarcosPenchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_______________ **A Era do Capital:** 1848-1875. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARQUES, Adhemar, BERUTTI, Flávio e FARIA, Ricardo. **História Contemporânea através de textos.** São Paulo: Contexto, 1990. (Textos e documentos).

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Textos e documentos para o estudo da história contemporânea:** 1789-1963. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.